

ENCONTRO

DO

SETORIAL SINDICAL

NACIONAL

DO

Partido dos Trabalhadores

***Dias 16 e 17 de maio de 2008 - São
Paulo - SP***

RELATÓRIO FINAL

Assinaram a lista presença

Delegados

- 1) Anízio Melo - CE
- 2) Jozilma Rodrigues Frota - CE
- 3) Tezeu Freitas Bezerra - CE
- 4) Adalberico Souza Lima - ES
- 5) Clemilde Cortes Pereira - ES
- 6) Jakson Andrade Silva - ES
- 7) José Carlos Paulino – ES
- 8) Luiz Carlos Gaurink Dias – ES
- 9) Maria Madalena Alcântara – ES
- 10) Paulo César Borba Peres – ES
- 11) Paulo Sérgio Valadares – ES
- 12) Jonas Willian Pereira da Costa –
MG
- 13) José Dimas dos Santos – MG
- 14) Rita de Cássia Menezes
Calazans – MG
- 15) Marco Antonio de Jesus – MG
- 16) Sheakespeare Martins de Jesus –
MG
- 17) Neemias Souza Rodrigues – MG
- 18) Fernando Antonio da Silva – PE
- 19) Glaucus José Bastos Lima – PE
- 20) Fernando Antonio G. de Lima
PE
- 21) Fabiano Araújo de Moura – PE
- 22) Tereza Cristina Rodrigues da
Silva – PE
- 23) Israel Crispim Ramos – PE
- 24) Edmilson Menezes de Medeiros
– PE
- 25) Sérgio Paulo da Silva – PE
- 26) Roni Anderson Barbosa – PR
- 27) Indalécio Wanderley Silva – RJ
- 28) Cristiane Nunes Granha de
Oliveira – RJ
- 29) Geraldo candidato da Silva
- 30) Edgard Coelho Vaz – RJ
- 31) Miguel Enrique silveira Papi
- 32) Lauro Durval Gonzaga Diniz –
RJ
- 33) Valdir Rocha Mota – RJ

- 34) Darby Lemos Igayara – RJ
- 35) Antonio Reis – RJ
- 36) Antonio Fernando Diniz – RJ
- 37) Laudenir Machado – RS
- 38) Benedito Vanderlei Berto – RS
- 39) Mauri Antonio Schorn – RS
- 40) José Eloi da Silva – RS
- 41) Devanir Camargo da Silva – RS
- 42) Antonio Carlos Goulart Freire –
RS
- 43) Ivan Ramos Vasconcelos – RS
- 44) Valdeci José da Silva – SC
- 45) Valeir Ertille – SC
- 46) Ângelo D'Agostini Junior – SP
- 47) Denise Motta Dau – SP
- 48) Deise Capelozza – SP
- 49) Epitácio Luiz Epaminondas – SP
- 50) João Batista Gomes – SP
- 51) Juvandia Moreira Leite – SP
- 52) Luiz Cláudio Marcolino – SP
- 53) José Soares – (Suplente) – SP
- 54) Silvio Aragusuku – SP
- 55) Darlene Testa – SP
- 56) Josafá Ribeira Maciel
(Observador) – TO
- 57) Ednaldo Fernandes da Silva –
TO
- 58) Cícero Barbosa Machado – MG

Convidados

- 1) Cleiton Gomes da Silva - SP
- 2) Mônica Valente - SP
- 3) Nilton Martins - SP
- 4) Antônio Carlos Ilário - MG
- 5) Vânia Viana – SP
- 6) Darlene Testa – SP
- 7) Temístocles – MG
- 8) Luiz Santos Souza – SP
- 9) José Augusto de Souza – SP
- 10) Alei Matos Araújo – ES

O Encontro Sindical Nacional do PT foi realizado nos dias 16 e 17 de maio na sede Nacional do Partido, em São Paulo. Foi precedido por encontros setoriais nos seguintes estados: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Minas gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Contou com a presença de Ricardo Berzoini, presidente nacional e Artur Henrique, presidente nacional da CUT que fizeram uma exposição, na abertura, seguida de debate, a respeito da situação política econômica do país e a construção partidária.

O Encontro foi dirigido pelo Secretário Sindical Nacional do PT, João Felício.

Participou o Encontro o deputado federal José Genoíno com o tema Estratégia de Governo, Relação com Governos Petistas, Movimento Sindical e Eleições, seguido de intenso e rico debate.

Foi lido e aprovado o Regimento do Encontro, com a seguinte redação:

REGIMENTO PARA O ENCONTRO SETORIAL SINDICAL NACIONAL

Art. 1º. – O Encontro Setorial Sindical Nacional do Partido dos Trabalhadores, se realizará na cidade de São Paulo, nos dias 16 e 17/05/2008. Auditório Paulo Freire – Sede Nacional do PT, Rua Silveira Martins, 132 – Centro.

§ Único – O Encontro Setorial Sindical Nacional somente poderá ocorrer caso tenham sido realizados com quorum, o mínimo de 07 (sete) Encontros Estaduais.

I – Delegados/as e Observadores (as)

Art. 2º. – Participam do Encontro Sindical Nacional com direito a voz e voto os/as filiados/as que estiverem em dia com sua contribuição financeira; que foram eleitos como delegados (as), nos Encontros Estaduais realizados durante os meses de março e abril de 2008 conforme indica a Regulamentação, desde que os respectivos documentos tenham sido enviados no prazo regimental.

§ 1º: - As despesas com hospedagem e alimentação correrão por conta do Diretório Nacional e as despesas com transporte correrão por conta dos respectivos Diretórios Estaduais.

§ 2º. - São observadores (as), com direito a voz e sem direito a voto:

a) Os (as) integrantes do Diretório Nacional e do Diretório Estadual;

b) Os chefes dos executivos nacional, estadual ou municipal de governos petistas e os membros do primeiro escalão de governos petistas, parlamentares de qualquer um dos três níveis;

c) Um representante de cada estado que não tenha atingido quorum para validação do respectivo encontro estadual;

§ 3º. – As despesas de alojamento, alimentação e transporte correrão por conta de cada observador (a).

II - Chapas e Teses

Art. 3º. – A inscrição de chapas para a eleição do Coletivo Setorial Estadual, dos/as candidatos/as ao cargo de Secretário/a Setorial, deverá ser feita perante a Comissão Executiva Nacional a data de 30 de abril de 2008 até às 20h.

§ 1º: - As chapas para os coletivos setoriais poderão ser registradas de forma incompleta, desde que o nº de inscritos não seja inferior a 50% do número de vagas em disputa, podendo ser complementadas até, no máximo, 3 (três) dias antes da data de realização do encontro. As teses, proposta de Regimento, e os textos aprovados nos Encontros estaduais, que forem enviados a Secretaria Nacional até três dias antes do Encontro Nacional, deverão constar nas pastas dos delegados (as).

§ 2º: - Para discussão no Encontro Setorial serão votadas todas as teses registradas, obedecendo-se ao Art.10 da Regulamentação para os Encontros Setoriais, sendo escolhida a mais votada.

§ 3º: - durante o encontro, poderá haver unificação de chapas desde que respeitados os prazos para inscrição (30 de abril) e complementação de nomes (até três dias antes do encontro). Não é permitida a inclusão de nomes na chapa durante a fusão.

III – Pauta

- a) Conjuntura**
- b) Balanço da Secretaria**
- c) O PT e o Movimento Sindical**
- d) Construção Partidária**
- e) Relação com governos Petistas**
- f) Proposta de ações**
- g) Eleições: Secretário (a) e Coletivo/Conselho**

IV - Credenciamento

Art. 4º. – O credenciamento dos ao Encontro Setorial Sindical obedecerá aos seguintes horários:

Dia 16 de maio de 2008.

9h às 14h – credenciamento de delegados (as) observadores e convidados (as)

14h às 18h – credenciamento de suplentes

Dia 17 de maio – credenciamento de observadores/convidados

V - Direção dos Trabalhos

Art. 5º. – Compete à mesa, sob a coordenação do/a Secretário/a Sindical:

- a) Dirigir os trabalhos com base no presente Regimento;**
- b) Resolver as questões que lhe forem submetidas, podendo consultar o plenário para formar opinião ou submetê-lo a votação a pedido de qualquer delegado/a.**

Art. 6º. – O componente da mesa que quiser se pronunciar sobre qualquer matéria pedirá inscrição e, chegada sua vez, se afastará de suas funções, a elas retornando após a manifestação.

VI - As Plenárias

Art. 7º. – A mesa colocará imediatamente em votação uma questão, após a leitura da proposta ou emenda, se não houver manifestação contrária.

§1º. – Havendo manifestação contrária, a mesa colocará o assunto em discussão abrindo um encaminhamento favorável e outro contrário à emenda ou proposta de modificação, nessa ordem, pelo prazo de três minutos.

§2º. – Se o plenário não se considerar esclarecido, a mesa designará tempo para mais um encaminhamento.

§3º. – Terminados os encaminhamentos, a mesa procederá à votação por apresentação de crachás.

Art. 8º – A mesa proclamará sempre os resultados das votações, para conhecimento do plenário e devido

registro em ata e cada matéria votada não será novamente colocada em votação.

VII - Eleição da Direção

Art. 9º – O Encontro Sindical Nacional elegerá o/a Secretário/a e o Coletivo e Conselho Nacional ,

- a) O Coletivo e o Conselho será composto por, no máximo, 10 (dez) e, no mínimo, 3 (três) membros efetivos mais o/a Secretário/a, e os respectivos suplentes, e o seu mandato se encerrará na mesma data das instâncias dirigentes respectivas.**
- b) Os/as Secretários/as Setoriais, não sendo membros efetivos do Diretório Nacional, terão assento, direito a voz, no Diretório Nacional e Comissão Executiva.**
- c) Cada chapa terá 10 (dez) minutos para proceder sua apresentação e defesa.**
- d) Cada candidatura a Secretário/a se dará por voto separado dos demais integrantes do Coletivo.**
- e) Encerradas as defesas será imediatamente iniciada a votação e havendo mais de duas chapas inscritas se aplicará o recurso da proporcionalidade ao número de votos.**
- f) Havendo mais de dois/duas candidatos/as a Secretário/a e caso nenhum deles alcance mais de 50% dos votos válidos, haverá 2º turno, imediatamente após a apuração, entre os/as dois/duas mais votados/as no mesmo dia do Encontro.**

IX - Disposições Gerais

Art. 11º – Moções, propostas, recursos e outros documentos não previstos na pauta serão apresentados à Mesa do Encontro que decidirá da oportunidade de sua discussão e votação.

§ Único: O prazo para apresentação de recursos questionando o resultado ou o processo no encontro setoriais nacional é de até, no máximo, 4 dias úteis após a realização do Encontro.

Art. 12º – A SSN terá até, no máximo, 2 dias úteis após a realização do encontros, para comunicar a CEN, os seguintes documentos: a lista de delegados ao Encontro Sindical Nacional, cópia da lista de presença e da ata do respectivo Encontro Setorial (que deve seguir modelo nacional). Os originais ficarão de posse da Secretaria Sindical Nacional.

Art. 13º – Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora dos Trabalhos, e não havendo consenso será pelo plenário.

Foi feito, então, um balanço da situação do Setorial nos estados, sua relação com o movimento sindical, o partido e as administrações petistas.

Em seguida houve apresentação e debate sobre a tese, com intervenção de representantes de todas as correntes internas do partido.

Marcos Sokol – O Trabalho

Expedito Solaney – A.E.

Sheakespeare Martins de Jesus – CSD

Foram discutidos e votados os dois documentos apresentados pela SSN, reproduzidos na sua íntegra abaixo.

Aos companheiros e companheiras da direção do

Partido dos Trabalhadores

Todos nós conhecemos a importância do movimento sindical na construção do Partido dos Trabalhadores e o papel que os sindicalistas petistas representaram e representam para manter e expandir o nosso partido.

O PT introduziu elementos absolutamente inéditos na maneira de se fazer política no Brasil. Se no campo institucional a nossa marca é o "modo petista de governar", no campo dos movimentos sociais o grande diferencial é a maneira compromissada, porém autônoma como os petistas atuam nestes segmentos.

Foi militando de maneira aguerrida, com visão ampla da política, tendo claro o papel dos movimentos na transformação social e se recusando a funcionar como "correia de transmissão" do partido, que os sindicalistas deram inestimável contribuição para que o PT se transformasse no mais importante partido brasileiro e um dos maiores do mundo.

Atuando de maneira autônoma, mas tendo claro qual é o seu lado no arco de forças políticas que se enfrentam no País, contribuímos para eleger e defender governos petistas quando atacados pelos nossos inimigos de classe, sem abirmos mão de defender as demandas de nossas bases sindicais. Temos o entendimento que o governo, partido e movimentos sociais possuem papéis diferentes. Ainda que o PT esteja no governo, o papel do movimento sindical é representar os interesses da classe trabalhadora, com autonomia.

Essa forma de fazer política deu origem a uma "cultura petista" que já se encontra arraigada na política brasileira, sendo que até nossos adversários - à direita e à esquerda - introjetaram boa parte do nosso comportamento e se vêem obrigados a atuar dentro de certos marcos que, em verdade, foram construídos pelos petistas ao longo destes 28 anos.

Essa "cultura" é resultado da diversidade da nossa origem, que contou com a contribuição de sindicalistas do campo e da cidade, militantes das igrejas, intelectuais, grupos de esquerda, que atuaram na clandestinidade durante a ditadura militar, além de militantes do movimento negro, feministas e dos mais diversos segmentos sociais.

A pluralidade, a tolerância, a democracia interna têm sido as nossas grandes marcas e graças a elas conquistamos a Presidência da República.

Por outro lado, essas características contêm alguns aspectos que impedem o avanço na conquista da hegemonia política, instrumento necessário à construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

A ação política dos petistas no interior do movimento sindical é extremamente fragmentada e, muitas vezes não se conseguiu estabelecer um diálogo produtivo entre os dirigentes sindicais e partidários, parlamentares e responsáveis pelos poderes executivos.

Essa fragmentação e falta de diálogo têm gerado situações prejudiciais ao Partido como: eleições sindicais onde petistas estão em chapas opostas, em alguns casos em alianças com adversários históricos; defesa de posições contraditórias com a linha sindical do PT e com as reivindicações legítimas das bases sindicais; parlamentares ou chefes de executivos petistas que apresentam projetos de lei que tentam suprimir direitos conquistados por décadas de lutas ou defendem propostas que ameaçam a liberdade sindical, em contradição com a história do próprio PT; candidatos que priorizam alianças eleitorais com centrais sindicais adversárias da CUT; membros de primeiro e segundo escalão de governos nossos que se recusam até mesmo a negociar com sindicatos filiados à CUT ou a outras centrais.

A falta de conhecimento e envolvimento de parte da direção partidária e parlamentares acerca das plataformas de luta do movimento sindical cutista e a tendência de tratar o movimento de maneira utilitarista são elementos que esgarçam as relações, fragilizam perigosamente a atuação dos sindicalistas e do próprio Partido.

Acreditamos que o movimento sindical não pode prescindir da elaboração política partidária, necessariamente mais ampla, mas, por outro lado, o Partido necessita da oxigenação que fatalmente o movimento social, e o sindical em particular, trazem para dentro da vida partidária.

A todos esses problemas se soma o importante dado da conjuntura representado pela saída da CUT de militantes do PSTU, PSOL e PC do B, que protagonizam disputas partidárias no movimento sindical. É necessário que levemos em consideração estas contradições no interior do movimento e o nosso partido se prepare para estas disputas. Não podemos mais nos apresentar desarticulados e desunidos nestes processos eleitorais, uma vez que nossos adversários se apresentam de forma unitária.

É nesse sentido que compreendemos ser urgente o estabelecimento de um conjunto de normas mínimas no relacionamento entre os militantes sindicais petistas, destes com a direção partidária, os parlamentares e as nossas administrações. Assim como destas instâncias com os sindicalistas.

1. Todo petista com atuação sindical têm o direito de militar junto à central que julgar mais conveniente, mas o Partido dos Trabalhadores, por razões históricas e programáticas, orienta seus militantes no sentido de que contribuam preferencialmente com a construção da Central Única dos Trabalhadores;

2. Ser membro do Partido pressupõe concordar com sua concepção e prática sindical, construída coletivamente ao longo de mais de duas décadas de existência do PT e da CUT. Assim, o Partido recomenda que todos os esforços sejam feitos pelos petistas que atuam no movimento de maneira a garantir a unidade numa chapa do campo cutista

quando das eleições sindicais, utilizando, por exemplo, o mecanismo das convenções cutistas, sobre a base das reivindicações dos trabalhadores e das posições tradicionais da CUT;

3. As direções partidárias empreenderão esforços para que todo o diretório estadual tenha uma Secretaria Sindical e um Coletivo, composto pelas mais expressivas lideranças do movimento sindical nos estados;

4. Estas secretarias deverão contar com estrutura que permita a realização do trabalho de acompanhamento dos sindicatos dirigidos por petistas, a contribuição nas eleições sindicais e a elaboração de políticas para este segmento ;

5. Toda ação da direção partidária, em nível municipal, estadual ou nacional, que diga respeito à questão sindical e/ou trabalhista, deverá ser precedida de discussão com a Secretaria Sindical na instância de nível correspondente; respeitando, evidentemente, a independência e autonomia sindical e a prerrogativa dos sindicatos de formular, em suas próprias instâncias, as reivindicações que respondam aos interesses dos trabalhadores.

6. As lideranças do PT nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, na Câmara Federal e no Senado deverão comunicar e discutir com a direção cutista, nas instâncias correspondentes, todos os projetos de lei que digam respeito aos interesses da classe trabalhadora.

Assinam este documento os seguintes membros da

Executiva Nacional da CUT:

Artur Henrique dos Santos, Presidente, Carmem Foro, Vice-presidente; Quintino Severo, Secretário Geral; Adeilson Telles, 1º. Secretário; Jaci Afonso, Secretário de Finanças; Antonio Carlos Spis, 1º. Tesoureiro; Rosane Bertoti, Secretária de Comunicação; João Antonio Felício, Secretário Sindical Nacional do PT e Secretário de Relações Internacionais da CUT; José Celestino, Secretário de Formação; Wagner Freitas, Secretário de Política Sindical; Expedito Sulaney, Secretário de Políticas Sociais, Denise Motta Dau, Secretária de Organização; Rosane Silva, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.

Diretores executivos: Temístocles Marcelos, Coordenação da Comissão de Meio Ambiente; Dary Beck Filho, Milton Canuto; Júlio Turra; Anízio Santos de Mello; Antônio Guimarães ; Carlos Henrique, Elizangela dos Santos Araújo; José Lopez Feijó; Lúcia Regina Reis; Manoel Messias, Rogério Pantoja. Rafael Freire, representante da CUT na ORIT.

Obs.: Este documento expressa opinião dos petistas de todas as correntes internas da CUT (Articulação, CSD, AE, O Trabalho, TM).

PROPOSTA DE TESE GUIA PARA OS ENCONTROS ESTADUAIS E
NACIONAL DO SETORIAL SINDICAL DO PT

(Esta proposta de tese-guia é resultado da Resolução da Conferência Sindical Nacional realizada em São Paulo nos dias 26 e 27 de julho de 2007 com pequenas mudanças e atualizações)

1) INTRODUÇÃO

O PT nasceu das lutas dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar, o arrocho salarial, em defesa dos direitos da população mais pobre, exigindo políticas públicas do Estado, e lutando pela construção de outra sociedade, justa e igualitária. Um partido da classe trabalhadora, de combate, de luta.

Sua personalidade fortemente anti-capitalista fez do PT a principal força política de esquerda do Brasil, uma das principais da América Latina e uma das referências da esquerda e dos trabalhadores no mundo contemporâneo.

Somos fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que compreenderam a necessidade de uma organização capaz de operar as transformações no Estado, de maneira a atender às suas demandas, na perspectiva de um projeto alternativo de poder, que pressupunha construir um país soberano, democrático e com justiça social. A construção do partido representou a organização de um novo instrumento de intervenção social e política que, até então, não existia, nos moldes sonhados por aquela militância.

Passados 28 anos, após a eleição de milhares de parlamentares nas três esferas, a conquista de centenas de governos municipais, alguns governos estaduais e do governo federal, vivemos numa conjuntura doméstica e internacional absolutamente diferente daquela da criação do PT. A riqueza de origens permitiu ao partido construir um comportamento em relação aos movimentos sociais que significou enorme avanço na compreensão da sua importância estratégica, distanciando-se da forma de agir que os partidos populistas ou da esquerda tradicional sempre tiveram, inaugurando uma nova maneira de relacionamento com a população organizada.

O companheiro Lula é resultado destas lutas e desse acúmulo. Uma liderança política das mais representativas e legitimadas da história republicana que, depois de mais de duas décadas de combate nos movimentos sociais e nos espaços institucionais, chegou (e nós todos chegamos juntos) ao governo central do Brasil. Foi nas lutas que nos forjamos e tornamo-nos alternativa à agenda privatizadora dos governos anteriores, vencendo duas eleições onde a burguesia e sua mídia tudo fizeram para nos derrotar.

Nosso governo enfrenta uma dupla pressão. De um lado as forças conservadoras que tudo fazem para manter a agenda derrotada nas eleições de 2006, e de outro a base social que construiu e elegeu o PT. Embora compreendamos a difícil correlação de forças na nossa sociedade, somos de opinião que, em hipótese alguma, é possível nos submetemos à agenda derrotada e menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados.

Quando nascemos, tínhamos nos operários, trabalhadores rurais e demais trabalhadores organizados, nos estudantes, nos setores médios e no funcionalismo público, nossa base social. A partir do primeiro governo Lula, essa base se ampliou. Hoje somos um partido que é referência para as amplas massas de trabalhadores excluídos e desempregados. Os pobres têm no governo Lula uma expectativa de respostas às suas necessidades e reivindicações, pela sua origem social e pela identidade de classe.

O PT se construiu democraticamente pela base, nos núcleos, no debate democrático. Hoje no governo, o PT não pode perder suas raízes sociais e combativas, pois nos movimentos sociais e na luta do povo estão os alicerces da sustentação e defesa de um governo comprometido com as reivindicações dos trabalhadores. Temos no país um governo em disputa, num terreno em que a luta de classes está viva, e a justificativa da governabilidade (aliança com outras forças para garantir base de apoio parlamentar) não pode servir para descaracterizar nossas propostas e concepções.

Nosso partido, ao chegar ao governo, não pode menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Nossos parlamentares e dirigentes não podem esquecer suas origens, pois em sua maioria são oriundos dos movimentos populares ou sindicais e sempre estiveram engajados nas mobilizações dos trabalhadores.

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo reconheceu o papel das entidades sindicais, por meio das quais faz a interlocução com o mundo do trabalho. Ao abrir espaço à participação popular o nosso governo promoveu a socialização do poder. Esta participação não escamoteou os conflitos, ao contrário, permitiu que eles aflorassem, exigindo do governo mais presteza no atendimento das reivindicações e dos movimentos, grande amadurecimento ao se apropriarem das informações do Estado.

Os avanços que os movimentos sociais obtiveram com o governo Lula não têm paralelo na história, embora a nossa expectativa fosse bem maior. Na área trabalhista, houve uma

série de conquistas, como a criação de mais de oito milhões de empregos formais, a recuperação da renda, a elevação do salário mínimo e uma política de valorização permanente, a correção da tabela do Imposto de Renda, a aprovação do Estatuto do Idoso, a facilitação de crédito para trabalhadores com desconto em folha, que fez aumentar o consumo, e a produção. Tivemos os projetos de acesso ao primeiro emprego, à qualificação profissional e o combate ao trabalho escravo e infantil.

O fato do primeiro mandato de Lula ter sido melhor do que qualquer outro governo que o antecedeu não pode ser usado para esconder que existiram muitas insuficiências e equívocos na sua condução política e administrativa. A criação da Lei de Falências e do Super Simples sem qualquer diálogo com a CUT e a relação conflituosa com o funcionalismo público federal são alguns exemplos de ações e comportamentos políticos do nosso governo que poderiam ter sido melhores.

A nossa sociedade é composta de mais de um lado e nós sabemos, exatamente, de que lado estamos. Sempre que necessário iremos às ruas para barrar ameaças de golpe e garantir a governabilidade. Entretanto, não vamos titubear em também ir às ruas para defender os avanços que julgamos imprescindíveis, neste segundo mandato, e protestar contra medidas que possam causar prejuízos aos trabalhadores.

Consideramos necessário aprofundar a mobilização social, o diálogo com os setores desorganizados e criarmos formas de potencializar suas demandas, de maneira a tensionar o governo para a esquerda, pois, com certeza, outros pressionarão no sentido contrário. Um importante instrumento para isto é a constituição de mecanismos de controle social, com a realização de conferências e constituição de conselhos com caráter deliberativo, independência financeira e maioria de representantes de trabalhadores e usuários, garantidos por lei. O movimento sindical tem papel fundamental nessa ação e os petistas que lá atuam devem contribuir de maneira sistemática e organizada para essa disputa.

Devemos contribuir criticamente com as agendas positivas do nosso governo, somando-nos aos projetos e ações que, de maneira inequívoca beneficiam os trabalhadores e a população mais pobre. O PAC aponta para mudanças significativas, pois possui elementos importantes para contribuir com a superação do conservadorismo econômico, colocando o Estado no papel de indutor do crescimento.

No entanto, a concordância com a concepção geral do PAC não implica concordância com todas as suas medidas integrantes. É necessário debater temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a política de concessões ao capital privado e a ausência da cobrança de contrapartidas sociais. Existem, além disso, diversas medidas negativas embutidas no Plano, como a que congela os gastos no serviço público nos próximos dez anos (PLP 01/2007). Não podemos esquecer que o PAC é produto da

política de coalizão na qual se apóia o governo Lula e, portanto, é um projeto em disputa por diversos setores sociais com interesses contraditórios.

2) RELAÇÃO DOS SINDICALISTAS COM O PT E O GOVERNO

Os militantes sindicais petistas sempre defenderam (e continuam defendendo) que um ativista partidário deve atuar nas organizações de classe disputando as propostas mais adequadas para o avanço da categoria, mas compreendendo que estas organizações devem ser independentes do Estado e dos partidos, ter sua dinâmica própria, e não aceitarem ser transformadas em “correias de transmissão” da ação partidária ou estatal.

É consenso, que o partido necessita “ouvir” e estar sempre em contato com as organizações de luta dos trabalhadores, de maneira a não se limitar à ação institucional, que é fundamental, mas insuficiente para garantir a verdadeira participação democrática da população, que se dá por meio do movimento organizado. O movimento sindical, pode ser uma “sementeira” de militantes, que no processo de crescimento político se tornam lideranças partidárias e da sociedade como um todo, qualificando e ampliando a luta, ocupando espaços no Executivo e no Legislativo, porém mantendo o vínculo e o compromisso com suas bases.

O excesso de autonomia das nossas bancadas e o fato de se nortearem pela lógica dos mandatos, em detrimento das demandas do Partido e da sociedade civil organizada, têm causado sérios prejuízos na conquista de direitos, combate às injustiças e na luta por uma sociedade socialista. A relação com o Partido, à medida que conquistamos espaços na institucionalidade, também foi se distanciando. Hoje, nos deparamos com um verdadeiro fosso entre militantes do partido com atuação voltada para a estrutura partidária ou parlamentar e àqueles que optaram por atuar no mundo sindical. Necessitamos, com urgência, vencer esse distanciamento e voltarmos a ter uma atuação conjunta, coesa e colaborativa.

A presença de militantes petistas em todas as instâncias da CUT e na direção da maioria dos sindicatos brasileiros é um dos grandes diferenciais do PT. Esta militância plural ajudou o partido a crescer, a ponto de ter se transformado na agremiação política mais importante do país e ter conquistado o governo central. O movimento sindical, sem sombra de dúvidas, é o segmento organizado com maior peso na história do Partido e um dos responsáveis pela capilaridade do partido pelo país afora.

Entendemos que a organização dos setoriais foi uma decisão acertada e resultado do

acúmulo coletivo ao longo destes anos todos. É uma das formas da militância atuar no partido de maneira orgânica, qualificada, promovendo a interação que enriquece, tanto o partido, como os movimentos sociais. O PT por outro lado, como partido de massas, tem um papel fundamental na institucionalidade, dando voz e estabelecendo pontes com o movimento social que, em contrapartida, contribui para a oxigenação das instâncias partidárias e sua relação mais íntima com a população organizada.

Durante nossas atividades sindicais, nos deparamos com a contradição de defendermos um governo comprometido com os trabalhadores, mas que, por outro lado, não consegue superar rapidamente a enorme dívida social, que o movimento sindical, legitimamente, cobra. Enfrentamos, também, a instrumentalização que os opositores do governo – à esquerda e à direita – fazem deste conjunto de dificuldades com objetivos eleitoreiros ou por disputa de suas posições no interior do movimento. É nesse novo quadro político que o petista com atuação no movimento sindical exerce a sua militância e, muitas vezes, se depara com situações de grande conflito.

A experiência acumulada e as posições que historicamente defendemos permitem que, hoje, a nossa atuação se dê a partir de premissas tais como: autonomia dos movimentos frente ao partido e ao governo, compreensão que este governo é uma conquista dos próprios movimentos, certeza que os petistas devem continuar contribuindo para a politização dos movimentos, e a compreensão de que são naturais as críticas ao governo pelo não atendimento de determinadas reivindicações. Apesar disso, a discussão sobre a intervenção dos petistas no movimento sindical não está devidamente consolidada, dando espaço para o voluntarismo, a falta de norte e visão unitária, permitindo divisões ou disputas entre petistas.

A outra face desta mesma moeda é a incorporação pelo partido das demandas sindicais. As teses sobre concepção e prática dos sindicalistas precisam voltar a serem assumidas pelo conjunto do partido, pois são proposituras elaboradas a partir da experiência concreta e do compromisso ideológico de quem milita na área. O partido precisa voltar a assumir e se empenhar em lutas importantes do movimento sindical, como a luta pela alteração da estrutura sindical vigente e pela democratização dos meios de comunicação.

A conjuntura apresenta um dado novo que precisamos levar em consideração: A saída da CUT de militantes do PSTU, PSOL e PC do B, faz com que as disputas partidárias se acirrem, pois estas agremiações políticas têm a sua correspondente no movimento, ainda que algumas delas não possam ser efetivamente consideradas centrais sindicais. O PSTU criou o Conlutas, o PSOL organiza a Intersindical e o PC do B atua na CTB. É necessário que levemos em consideração estas contradições no interior do movimento e o nosso partido se prepare para estas disputas. Não podemos mais nos apresentar desarticulados e desunidos nos processos eleitorais sindicais uma vez que nossos

adversários se apresentam de forma unitária.

3) NOSSAS PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO PERÍODO

3.1) Luta pelo Desenvolvimento e distribuição de renda

É importante lutarmos contra os aspectos negativos do Plano de Aceleração do Crescimento e o aprofundamento dos positivos, tais como os projetos referentes à bioenergia - a exemplo do biodiesel e do etanol - intimamente ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. O PAC tem diversos aspectos positivos que poderão ser ampliados se as seguintes medidas forem tomadas:

Retirada do PLC 01/2007, mecanismo de limitação das despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União e sua discussão na mesa nacional de negociação permanente;

Fixação de metas de emprego e formalização do trabalho;

Participação das centrais sindicais no comitê gestor para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento;

Instauração de comissões setoriais tripartites para acompanhamento dos projetos de investimento e de concessões de incentivos fiscais;

Estabelecimento de novas regras para o uso do FGTS, com a participação das centrais sindicais no órgão gestor do Fundo de Investimento e garantia de um retorno anual financeiro mínimo para os recursos que serão utilizados pelo Fundo;

Inclusão de metas para as políticas sociais que contribuam para acelerar o crescimento e o emprego;

Desconcentração da posse da terra, mantendo as famílias no campo, via Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, além do fomento de crédito, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas;

Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário;

Participação das entidades sindicais, representativas dos trabalhadores na construção civil, no acompanhamento das metas de emprego, na formalização do trabalho e que também garantam que os incentivos concedidos se reflitam, na devida proporção, na queda dos preços de imóveis acabados e de material de construção civil;

Estabelecer uma política creditícia que contemple a participação de todo o sistema bancário no financiamento dos projetos listados no PAC e aqueles dele derivados; que institua mecanismos que obriguem os bancos a reduzirem o spread e as tarifas bancárias; que ampliem e estendam o crédito direcionado para empresas geradoras de emprego e, por extensão, renda aos trabalhadores.

3.2) Organização Partidária

Reafirmamos a importância estratégica dos setoriais como interlocutores privilegiados do partido junto a esses movimentos e como espaço de elaboração teórica. Valorizar a participação dos sindicalistas e ativistas de outros segmentos na estrutura do partido é dar-lhes instrumentos para contribuir nas decisões.

Para avançarmos na organização do movimento sindical no interior do partido e dos petistas que atuam no movimento sindical pretendemos desenvolver as seguintes ações:

Retomada dos núcleos de base por categorias profissionais, ou por local de trabalho, como maneira de garantir a efetiva participação dos ativistas sindicais de base na vida orgânica do partido e para que este volte a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores;

Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e dos coletivos, cobrando do partido o reconhecimento e a valorização política dos secretários e dos coletivos sindicais;

Busca constante da unidade entre os petistas, em especial nas eleições sindicais (sempre respeitando a autonomia sindical), evitando que militantes do partido participem de chapas que se opõem;

Cobrar o envolvimento de todo o partido, principalmente de suas instâncias de direção, nas eleições sindicais, apoiando as chapas de petistas e contribuindo para a busca da unidade dos militantes partidários no interior do movimento;

Realização de outras conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, de maneira a debatermos com mais frequência no interior do partido os assuntos que dizem respeito ao mundo do trabalho;

Cobrança, das direções partidárias e das bancadas, de uma relação mais próxima dos vereadores, deputados estaduais, federais e senadores com o movimento sindical de maneira a evitar que estes defendam propostas em contradição com as lutas e as demandas do movimento sindical combativo;

Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados, com direito a voz e voto, para os encontros partidários nos níveis municipal, estadual e nacional;

Cobrar das bancadas petistas nas casas legislativas e dos nossos parlamentares com atuação em comissões de trabalho, previdência, orçamento e temas correlatos com o mundo do trabalho que passem a ter uma relação mais próxima e institucional com o

Movimento Sindical;

Cobrar das instâncias de direção partidária que orientem os gestores petistas a implementarem mesas de negociação permanente nas três esferas de poder, assim como que as nossas administrações incorporem as propostas da CUT de combate às práticas anti-sindicais.

3.3) O que Vamos Defender no Interior do Movimento Sindical

Não podemos, e não queremos, criar uma “camisa de força” para a militância, mas compreendemos que são necessários alguns pontos estratégicos consensuais em torno dos quais a atuação dos petistas se dêem. Esses pontos podem ser tanto bandeiras de luta que nos unifiquem como posições semelhantes dentro da central. Precisamos retomar o orgulho de nos apresentarmos nos movimentos sociais com cara própria, defendendo propostas e contribuindo com o avanço das lutas com nossas experiências. Somos a favor de reformas que ampliem os direitos dos trabalhadores e a democracia, valorizem o trabalho e promovam distribuição de renda. Em hipótese alguma aceitaremos qualquer redução de direitos, em especial no que diz respeito ao direito de greve e à livre organização sindical. Nesse sentido, nos propomos a lutar por:

Fim do Imposto Sindical, de maneira que a contribuição dos trabalhadores aos seus sindicatos seja resultado da ação da entidade, sua capacidade de organização e negociação e não devido a imposições legais;

Direito irrestrito de negociação e greve, contra o interdito proibitório; combate às práticas anti-sindicais em âmbito federal, estadual, municipal, na iniciativa privada e no Poder Judiciário;

Federalização dos crimes contra sindicalistas e anistia aos trabalhadores, da administração direta, de estatais e da iniciativa privada demitidos por suas atividades sindicais;

Revogação da resolução 9/96, que limita os direitos dos trabalhadores;

Ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da liberdade e autonomia sindical;

Garantia, por lei, de organização nos locais de trabalho;

Contrato Coletivo Nacional, promovendo isonomia salarial e evitando a migração de empresas para regiões menos organizadas, com o objetivo de superexplorar os trabalhadores;

Desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;

Regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal para os trabalhadores em áreas insalubres ou perigosas;

Apoio às greves dos serviços públicos e privados;

Implementação da Convenção 138 da OIT, que estabelece a idade mínima para começar a trabalhar;

Implementação das convenções 29, 100, 111 e 115 que tratam da discriminação racial no trabalho;

Impedimento a qualquer forma de discriminação no trabalho;

Redução da jornada de trabalho sem redução de salários e prioridade para a campanha das centrais sindicais pelas 40 horas semanais;

Que os Programas de Demissão Voluntária – PDVs no serviço público ou na iniciativa privada só se efetivem se resultado de acordo com o sindicato da categoria, decidido em assembléia;

Reforçar a campanha do partido pela humanização das relações de trabalho

Previdência pública universal, com ampliação de direitos e fim do fator previdenciário;

Cobrança dos devedores da Previdência Social;

Apoio às lutas gerais dos aposentados;

Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a produção e as pessoas físicas, cobrando mais de quem tem mais, menos de quem tem renda média e isentando uma quantidade maior de cidadãos que ganham menos, sem que haja redução no recolhimento do FGTS e INSS;

Taxação das grandes fortunas e heranças, encabeçando uma campanha de massas para buscar apoio de outros segmentos sociais, exigindo maior rigor na taxaçoão do capital financeiro e para que a contribuição dos empregadores seja sobre o lucro, aumentando a arrecadação da Previdência, incentivando a formalização das relações de trabalho e a contratação de novos trabalhadores;

Ampliação do Conselho Monetário Nacional – CMN, democratizando as decisões sobre taxa de juros e investimento do País, que, no nosso entendimento, não têm caráter apenas técnico, mas de opções de política econômica;

Por um serviço público de qualidade, combatendo qualquer forma de terceirização e privatização no serviço público (inclusive as Fundações Estatais e Organizações Sociais de Direito Privado);

Combater qualquer outra forma de contratação no serviço público que não seja feita

através de concurso público e, na forma do regime jurídico único;

Qualificação e requalificação dos trabalhadores em serviços públicos;

Reforma política e do Poder Judiciário, combate à corrupção, pela ética e transparência dos poderes executivos, legislativo e judiciário;

Ampla campanha em defesa dos bancos públicos federais, combate à reestruturação do Banco do Brasil;

Suspensão imediata dos leilões de petróleo;

Valorização da escola pública e da qualidade de ensino, contra qualquer forma de privatização do ensino público, promovendo uma mobilização nacional envolvendo a sociedade civil organizada, garantindo-lhe espaços de participação e fiscalização;

Consolidação do SUS - Sistema Único de Saúde - com base no fortalecimento dos princípios de unidade, integralidade, equidade e controle social. Contra as formas diretas - e indiretas - de terceirização dos serviços de saúde, inclusive através das chamadas organizações sociais ou fundações estatais;

Integração dos povos da América Latina, que poderá se dar através do Mercosul, promovendo uma discussão aprofundada para que este se torne um instrumento de integração solidária dos povos, construção de nações soberanas, de melhora das relações de trabalho no continente e defesa do meio ambiente;

Defesa do meio ambiente, saúde dos trabalhadores e da população em geral, vítimas da degradação ambiental;

Pelos direitos humanos, contra a violência policial e a promiscuidade entre as forças de repressão e os interesses de empresas privadas;

Convocação, pela sociedade civil organizada e o governo federal, de uma Conferência sobre a Democratização dos Meios de Comunicação;

Engajamento na construção e fortalecimento da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

3.4) Estratégias para Renovação das Lideranças Sindicais do PT

Um dos grandes problemas que enfrentamos entre a militância sindical petista é o envelhecimento das lideranças. Já é grande o número de dirigentes sindicais com mais de 50 anos, aposentados ou em vias de se aposentar. Por outro lado, a entrada de novos militantes tem sido menor do que o necessário para substituir os veteranos.

É urgente para a sobrevivência das nossas propostas políticas – do Movimento Sindical e do PT - a renovação das lideranças. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas ações coordenadas para aproveitar o potencial dos jovens petistas com atuação no movimento sindical. Assim, devemos desenvolver as seguintes ações no âmbito do partido e da central:

Criar mecanismos e instâncias de participação efetiva dos jovens nos sindicatos e nas instâncias sindicais superiores, possibilitando que o tema da juventude seja prioritário;

Investimento em atividades culturais e esportivas nos sindicatos;

Oferecimento de cursos e seminários de formação profissional e política, de maneira a qualificar os novos quadros políticos;

Abertura de espaço nas organizações por local de trabalho, na diretoria dos sindicatos e da CUT para os jovens;

Absorção das bandeiras de luta da juventude pelo movimento sindical;

Estreitamento da relação do movimento sindical com as organizações juvenis, tais como a UNE, a UBES, o movimento Hip Hop etc.

Criação (ou fortalecimento) de instâncias específicas nos sindicatos e da CUT, que tratem da questão da juventude;

Investir na formação político-ideológica dos militantes petistas como mecanismo de renovação de mentes e corações.

Secretaria Sindical Nacional do PT

DELIBERAÇÕES

PLANO DE AÇÃO

NO CAMPO PARTIDÁRIO

1. Reafirmar a importância estratégica dos movimentos sociais como interlocutores privilegiados do Partido;

2. Incentivar a participação dos sindicalistas nas instâncias partidárias;
3. Desenvolver uma campanha de nucleação, retomando a prática de organização em núcleos de categoria, ramo ou local de trabalho;
4. Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e nacional, cobrando do Partido a sua valorização e reconhecimento político. Meta: Existência de uma Secretaria ou Coletivo sindical em todos os estados da Federação;
5. Busca da unidade entre os petistas que atuam no movimento sindical, especialmente nas eleições sindicais;
6. Realização de outras conferências estaduais e nacional para aprofundar temas pertinentes ao movimento sindical e sua relação com a militância partidária;
7. Promover reuniões com as diversas instâncias partidárias de maneira que as demandas sindicais sejam assumidas pelo Partido, pelas bancadas e pelos governos petistas;
8. Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados com direito a voz e voto para os encontros partidários nos três níveis;
9. Desenvolver, em parceria com as Secretarias de Formação e Juventude um programa específico de formação para a juventude trabalhadora petista.

NO CAMPO SINDICAL

1. Contribuir com a unificação dos petistas no interior do movimento sindical, sem abrir mão da autonomia em relação ao Partido;
2. Lutar pela livre organização sindical na esfera pública e privada e abrir um diálogo com o Partido, as administrações petistas e as entidades sindicais de maneira a combater as práticas anti-sindicais;
3. Defender o fim do Imposto Sindical;
4. Defender a federalização dos crimes contra sindicalistas e a anistia a trabalhadores que foram demitidos devido as suas atividades sindicais;
5. Desenvolver campanhas pela revogação da Resolução 9/96, que limita os direitos dos trabalhadores e pela ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT, que tratam da liberdade e autonomia sindical. Pela implementação da Convenção 138, que estabelece idade mínima para começar a trabalhar e as convenções 29,100,111,115 que tratam da discriminação racial;
6. Cobrar dos governos e empresários o desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;
7. Retomar a campanha pela humanização das relações de trabalho;
8. Desenvolver campanha, em parceria com as centrais sindicais, pela taxação das grandes fortunas;
9. Defender a livre negociação, o estabelecimento de datas-bases para o funcionamento, o direito a negociação e a organização nos locais de trabalho;
10. Lutar pela aprovação do Contrato Coletivo Nacional;
11. Participar da campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário;

LUTAS GERAIS E CAMPANHAS

1. Apoio ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) mas cobrando do governo e da iniciativa privada a contrapartida social;
2. Apoio ao programa de biodiesel do governo federal, cobrando a contrapartida social em especial o aprofundamento da reforma agrária e o maior apoio a agricultura familiar;
3. Campanha contra as privatizações;
4. Campanha “A Vale é Nossa” pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio doce, propondo ao Congresso Nacional um plebiscito oficial;
5. Campanha “O petróleo é nosso” , pelo restabelecimento do monopólio do petróleo pela Petrobrás e a imediata suspensão dos leilões das áreas petrolíferas;
6. Campanha “Em defesa da Previdência Pública”, contra as emendas parlamentares que retiram direitos e apontam para a privatização da Previdência.

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

PLEBISCITO DA ANULAÇÃO DO LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE

Nós, abaixo-assinados, cidadãos brasileiros em pleno gozo dos nossos direitos eleitorais, apresentamos à Câmara dos Deputados, com base no artigo 61 parágrafo 2º da Constituição Federal, o seguinte Projeto de Lei de Iniciativa Popular:

Projeto de Lei No. , de 2008

Aprova plebiscito para consultar o eleitorado sobre o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce

O povo propõe e o Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - No dia 7 de setembro de 2009, o eleitorado responderá através de plebiscito à seguinte questão:

“O sr(a). aprova a anulação do leilão de 7 de maio de 1997 que privatizou a Companhia Vale do Rio Doce?”

Artigo 2º - Será assegurada gratuidade na livre divulgação das posições sobre o plebiscito referido no art.1º, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público, durante dez minutos diários nos 60 (sessenta) dias que antecedem a consulta.

Artigo 3º - O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as normas regulamentadoras do plebiscito no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da promulgação deste projeto.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

1. Nome:	Título de
Eleitor:	
Endereço:	
Assinatura:	
2. Nome:	Título de
Eleitor:	

Endereço:	
Assinatura:	
3. Nome:	Título de
Eleitor:	
Endereço:	
Assinatura:	
4. Nome:	Título de
Eleitor:	
Endereço:	
Assinatura:	
5. Nome:	Título de
Eleitor:	
Endereço:	
Assinatura:	
6. Nome:	Título de
Eleitor:	
Endereço:	
Assinatura:	
7. Nome:	Título de
Eleitor:	
Endereço:	
Assinatura:	

Ao final do Encontro foram eleitos, por unanimidade o Secretário Sindical, o Coletivo e o Conselho da Secretaria Sindical, conforme descrito abaixo.

Secretário Sindical

João Antônio Felício – Professor rede estadual – SP - Secretário de Relações Internacional da CUT

Coletivo

- 1) **Arthur Henrique dos Santos** – Eletricitário – SP - Presidente Nacional da CUT
- 2) **Quintino Severo** – Metalúrgico – RS - Secretário Geral da CUT Nacional
- 3) **Júlio Turra** – Professor rede particular – SP -Membro da Executiva Nacional do CUT
- 4) **Rosane Silva** – Sapateiros – RS -Secretária Nacional de Mulheres da CUT
- 5) **Rosane Bertotti** – Agricultura Familiar – SC - Secretária Nacional de Comunicação da CUT
- 6) **Manoel do Santos (de Serra)** Trabalhadores Agricultura
- 7) **Denise Motta Dau** – Seguridade Social – SP - Secretária Nacional de Comunicação da CUT

- 8) **Rafael Marques da Silva** – Metalúrgico – SP - Vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
- 9) **Luiz Cláudio Marcolino** – Bancário – SP - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
- 10) **Silvio Aragusuku** – Bancário – SP - Membro da Direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo

Conselho

- 1) Expedito Solaney – PE
- 2) João Batista – Servidor Público Municipal – SP
- 3) Indalécio Vanderley Silva – Metalúrgico – RJ
- 4) Fernando Neiva – MG
- 5) Jakson Andrade Silva – ES
- 6) Nadir Cardoso dos Santos – SC
- 7) Temístocles Marcelos - MG
- 8) Fabiano Araújo de Moura - PE
- 9) Anízio Melo - CE
- 10) Dary Beck Filho - RS

EMENDAS, INCLUSÕES, ADENDOS

Foram submetidas ao debate diversas emendas que, com pequenas alterações, foram incorporadas e aprovadas pela plenária:

EMENDAS DO SETORIAL SINDICAL DE SÃO PAULO

PRIVATIZAÇÕES:

Confirmou-se na reunião do coletivo a resolução do Encontro de SP que apresentamos e que estará como proposta para o Encontro Nacional, à saber:

O cancelamento do leilão da CESP, empresa de geração de energia paulista, foi uma vitória dos trabalhadores, que se tornou possível pela unidade das organizações sindicais, populares, estudantis e da bancada do PT. Essa seria a retomada das privatizações pelo Governo Serra. É necessário, a partir dessa vitória, avançar na luta contra as privatizações, inclusive, dirigindo-se ao Governo LULA para parar os leilões das áreas petrolíferas, não renovar as concessões hidrelétricas, não abrir o capital da Infraero, medidas necessárias para se contrapor à política dos derrotados.

MERCOSUL:

O relatório de SP para o Encontro Nacional dirá o seguinte:

Restou uma polêmica nos debates acerca da atuação do Brasil no Mercosul, sendo definido que essa questão seria levada para o Encontro Nacional.

"Num momento em que a política do imperialismo – diante da inviabilização da ALCA pela luta dos povos do continente – se traduz na multiplicação de Tratados de Livre comércio, é necessário discutir qual é a realidade do Mercosul – que, como indica seu próprio nome, é um "mercado comum" a serviço das grandes empresas (multinacionais em sua maioria) e não da integração entre os povos explorados e oprimidos da região."

SOBRE ELEIÇÕES SINDICAIS

Todo petista com atuação sindical tem o direito de militar junto à central que julgar mais conveniente, mas o Partido

dos Trabalhadores, por razões históricas e programáticas, orienta seus militantes no sentido de que contribuam preferencialmente com a construção da Central Única dos Trabalhadores.

Ser membro do Partido pressupõe concordar com sua concepção e prática sindical, construída coletivamente ao longo de mais de duas décadas de existência do PT e da CUT.. assim, o Partido recomenda que todos os esforços sejam feitos pelos petistas que atuam no movimento de maneira a garantir a unidade numa chapa do campo cutista quando das eleições sindicais, utilizando, por exemplo, o mecanismo das convenções cutistas , sobre a base das reivindicações dos trabalhadores e das posições tradicionais da CUT.

A defesa desses princípios e compromissos históricos (autonomia, independência, unidade) se confunde com a defesa da própria CUT. Não se trata de defender a direção da central, que é transitória, ou dirigentes desta ou daquela corrente de opinião, trata-se de defender uma conquista e o principal instrumento de luta sindical dos trabalhadores brasileiros.

CAMPANHAS

**FORAM PROPOSTAS ALGUMAS CAMPANHAS QUE FORAM APROVADAS PELA
PLENÁRIA**

A VALE É NOSSA!

Em 2007, 4 milhões de brasileiros, com a CUT e também com milhares de petistas organizando, participaram do Plebiscito Popular pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce. O plebiscito demonstrou que é necessário combater para resgatar a soberania da nação sobre suas riquezas minerais.

Até o momento no STJ a votação de continuidade ou não das ações judiciais continua empatado.

Portanto, precisamos retomar a campanha pela Anulação do Leilão da Vale, apoiando a proposta – que já conta com o apoio da CUT - do Projeto de Lei (anexo) de Iniciativa Popular com mais de 1 milhão de assinaturas pela convocação pelo Congresso Nacional de um Plebiscito Oficial onde o povo brasileiro possa expressar através do voto sua opinião.

O PETRÓLEO É NOSSO!

Foi constituído o Fórum contra a Privatização do Petróleo, que reúne a CUT, a FUP e várias entidades como resultado da luta contra os leilões, neste momento que no Congresso Nacional foi reaberta a discussão da lei 9478 (lei de FHC) - que quebrou o monopólio do petróleo no país – portanto, o que está colocado é a necessidade restabelecer o monopólio do petróleo por parte da Petrobrás, medida para garantir a soberania do país sobre o petróleo e o gás.

De imediato é necessário que o governo pare imediatamente de realizar os leilões das áreas petrolíferas e, assim, avançar para revogar os entulhos da era FHC.

DEFENDER A PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Desde o governo FHC quando foi iniciado a reforma da previdência através das Emenda 20 e 41, e depois no governo Lula Emenda 47, os trabalhadores se organizaram para defender seus direitos, pois na verdade essas emendas avançaram por retirar direitos previdenciários, tanto do setor público quanto do setor privado, como aumento da tempo de contribuição, fator previdenciário, quebra da paridade.

Diante do apelo da FENAJUFE por um Encontro Nacional para discutir a luta pela retomada dos direitos retirados pela reforma da previdência, o Encontro Setorial Sindical Nacional do PT orienta que a discussão deste apelo seja feita nas entidades sindicais para que se posicionem diante dessa proposta.

MOÇÕES

BOLÍVIA: EM DEFESA DA NAÇÃO CONTRA OS DIVISIONISTAS

No dia 4 de maio um referendo separatista foi realizado em Santa Cruz (Bolívia), na verdade uma política patrocinada pelos EUA de dividir o país e frear o processo desenvolvido pelo povo boliviano em defesa das riquezas naturais. Como afirmou a nota da CUT *“Querem fazer recuar as políticas de nacionalização dos recursos naturais que têm servido para que uma parte maior da renda do gás e dos minérios seja arrecadada pelo governo central para as políticas sociais; querem que essa renda volte às mãos das oligarquias”*.

No 1º de Maio, os trabalhadores tomaram as ruas para defender a unidade da nação contra os divisionistas, colocando-se no centro do combate para fazer avançar a luta do povo boliviano, aprofundar a nacionalização do gás e do petróleo, da empresa de telecomunicações, realizar a reforma agrária, recuperar para o Estado as minas, e assim avançar na luta em defesa da nação.

Agora o Senado boliviano aprovou o referendo revogatório, ou seja, os mandatos do Presidente, vice e também dos governadores dos 9 departamentos do país serão ou não revogados pelo povo. Evo Morales afirmou que *“É enorme a nossa satisfação pela aprovação do Senado para o referendo...”* e ao agir assim aceita submeter seu mandato ao povo, como fez Chávez na Venezuela.

Portanto é necessário com a máxima urgência uma campanha de apoio à legitimidade do governo de Evo Morales e de defesa da unidade da nação boliviana, contra a oligarquia divisionista a serviço do imperialismo dos EUA, para assim ajudar na luta dos povos pela soberania nacional em nosso continente.

TEXTO DE CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE – JÚLIO TURRA

Os petistas devem defender a CUT contra a divisão!

Companheiras e companheiros,

Ao lado de outros dirigentes da CUT nacional, assinei o documento intitulado "Aos companheiros e companheiras da direção do Partido dos Trabalhadores" encaminhado pelo Secretário Sindical Nacional do PT, João Felício em março deste ano.

E o assinei por estar de acordo com suas preocupações centrais: a fragmentação e falta de diálogo entre os sindicalistas petistas e deles com as instâncias dirigentes do partido geram situações nefastas, tais como: divisão em eleições sindicais, alianças com nossos adversários históricos, defesa de posições contraditórias com a linha sindical do partido, parlamentares ou chefes de executivo petistas que apresentam projetos de lei de supressão de direitos ou que ferem a liberdade sindical, como o próprio documento indica.

Mas gostaria de destacar o que me parece a questão central: a necessidade de defesa da CUT, como conquista e instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira, contra a ofensiva de divisão que hoje ataca nossa central. Não bastasse a Conlutas/PSTU e a Intersindical/P-SOL, mais recentemente é o PCdoB que orienta seus militantes sindicais a formarem a CTB e passarem, também eles, a combater pela desfiliação de sindicatos da CUT.

Num outro plano, a aprovação do PL-1990, dito de "reconhecimento das centrais sindicais", a partir de um acordo entre o governo Lula (via Ministério do Trabalho) e a direção de centrais sindicais, na minha opinião (e por isso nas instâncias da CUT votei contra o apoio a este PL), ataca os princípios de Liberdade e Autonomia Sindical que estão na base da fundação da CUT e que também sempre foram posição de nosso partido (como a luta pelo fim do imposto sindical e da unicidade ligada à sua arrecadação).

Em particular o acordo governo-centrais que originou o "reconhecimento legal das centrais" – na verdade apenas para participarem de foros tripartites no âmbito do Ministério, e não para a contratação coletiva - cria a perigosa situação da CUT se confundir com centrais sindicais pelegas (UGT, Nova Central e Força Sindical) ou com aquelas que sempre foram defensoras do imposto e da unicidade imposta pelo Estado, contra, portanto, a Convenção 87 da OIT de Liberdade e Autonomia Sindical, como a CGTB (ligada ao MR-8 no PMDB) e agora a CTB.

Penso que, neste ano em que se comemoram 25 anos da fundação da CUT em 28 de agosto, não há nada mais urgente do que retomar os princípios e compromissos originais de nossa central: uma central classista, democrática e pluralista, comprometida com a luta pela ratificação das Convenções 87 e 151 da OIT, portanto com a plena liberdade sindical, defensora de um sindicalismo independente dos patrões e governos (inclusive dos ocupados pelo PT) e autônoma em relação aos partidos políticos (inclusive o nosso).

A defesa desses princípios e compromissos históricos se confunde com a defesa da própria CUT. Não se trata de defender a direção da central, que é transitória, ou dirigentes desta ou daquela corrente de opinião, trata-se de defender, repetimos, uma conquista e o principal instrumento de luta sindical dos trabalhadores brasileiros.

A quem pode interessar que cada partido, ou corrente de opinião, tenha sua própria "central sindical", senão aos patrões e aos que querem enfraquecer a luta dos trabalhadores.

A construção do PT e da CUT, no início dos anos 80, traduziu o processo de constituição da classe trabalhadora brasileira como "classe para si": organizada no seu próprio terreno e consciente de seu papel transformador na sociedade no combate anti-capitalista. Os sindicalistas do PT, que jogaram um papel central para a fundação da CUT, hoje têm a responsabilidade de defendê-la contra a divisão.

Não há, do ponto de vista da defesa da CUT, diferença de qualidade entre a Conlutas/Intersindical desfilarem o SEPE-RJ da CUT e a CSC/CTB fazer o mesmo com a APLB da Bahia.

Por isso nos preocupa o fato que, aparentemente, não "caiu a ficha" para muitos dirigentes cutistas de que a política da CSC se alimenta da desfiliação de sindicatos da CUT para filia-los à CTB. Isso porque, em congressos importantes como o da CNTE em janeiro deste ano, setores cutistas privilegiaram aliança com a CSC/CTB e não com seus parceiros de CUT, por exemplo.

É preciso, de fato, como propõe o documento entregue à direção do PT pelos petistas que assumem responsabilidades na Executiva nacional da CUT: "garantir a unidade numa chapa do campo cutista, quando das eleições sindicais, utilizando por exemplo, o mecanismo de convenções cutistas, sobre a base das reivindicações dos trabalhadores e das posições tradicionais da CUT".

São várias e importantes eleições sindicais que enfrentaremos neste ano de 2008, a questão está colocada de imediato: o PT deve orientar sua militância que intervém na frente sindical a combater em defesa da CUT, a trabalhar pela unidade dos cutistas nas eleições sindicais, a recuperar os princípios e compromissos históricos de nossa central.

Em que situação política?

Já entrado o 2º ano do 2º mandato presidencial de Lula, nós petistas que combatemos no terreno sindical da luta de classe direta – trabalhadores contra patrões – estamos chamados a refletir sobre a necessidade de mudar a política aplicada pelo governo. Por seu lado, os grandes empresários multiplicam declarações de que estão satisfeitos, o próprio Lula disse que eles “nunca ganharam tanto”, mesmo se o cenário econômico internacional, com a crise nos EUA, anuncia tempestades.

O cenário mundial e continental marcado pela política de agressão do imperialismo dos EUA, encarnado no governo Bush, que, com a mesma brutalidade com que apóia o Estado de Israel para massacrar o povo palestino, apóia Uribe da Colômbia para invadir território do Equador com o pretexto da “legítima defesa contra o terrorismo”. E agora na Bolívia através do referendo divisionista da burguesia de Santa Cruz. Essas medidas de guerra são para tentar isolar e derrotar os processos revolucionários em curso na América do Sul, em particular na Venezuela. A primeira medida de defesa da nação brasileira e dos trabalhadores que a constroem deve ser a ruptura do governo Lula com a política do imperialismo!

Mas, infelizmente, o governo brasileiro se diz “parceiro de Bush”, quer aparecer como “mediador” ou intermediário de conflitos que opõem nossos vizinhos ao governo dos EUA, tendo enviado tropas ao Haiti e firmado o “acordo do Etanol” com o presidente dos EUA. Romper com essa relação de colaboração com o imperialismo se traduziria, no plano interno, na ruptura com a política de alianças que loteiam os ministérios para nossos adversários históricos e inimigos de classe (PMDB, PP do Maluf, PTB, etc). Se traduziria também em não aceitar a aliança com o PSDB em Belo Horizonte.

Num momento em que a política do imperialismo – diante da inviabilização da ALCA pela luta dos povos do continente – se traduz na multiplicação de Tratados de Livre Comércio, é necessário discutir qual é a realidade do Mercosul – que, como indica seu próprio nome, é um “mercado comum” a serviço das grandes empresas (multinacionais em sua maioria) e não da integração entre os povos explorados e oprimidos da região.

A CUT, exercendo a autonomia e independência que deve ser a marca de uma verdadeira central sindical, deve combater os processos de privatização do governo de “ampla coalizão” montado por Lula, como no caso das concessões de rodovias e ferrovias, dos leilões das bacias de petróleo e gás, da abertura para o capital privado da INFRAERO.

Em 2007, não só a CUT mas também milhares de petistas, organizaram e participaram do Plebiscito Popular pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce, mas os 4 milhões de votantes receberam do governo a fria resposta de que tal medida de resgate da soberania da nação sobre enormes riquezas minerais e do que se construiu ao seu redor, não está nos seus planos! Mas os que garantiram a vitória de seu governo querem a Vale de volta, por isso circula a proposta de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela convocação de um Plebiscito Oficial que conta com o apoio da CUT.

Essa luta também se junta ao recém criado Fórum contra a Privatização do Petróleo, que a partir da rediscussão da lei 9478(época de FHC) - que quebrou o monopólio do petróleo - que para nós deve recuperar o Petróleo para o povo e também da campanha lançada pela FENAJUFE de revogar a reforma da previdência e recuperar os direitos retirados, avançando assim para revogar as medidas de FHC.

Os sindicalistas petistas, a grande maioria engajada na construção da CUT (e esperamos que venham a ser todos), devem incidir nos debates do partido, da mesma forma que nas organizações sindicais em que atuam, no sentido de resgatar as aspirações que estiveram na base da eleição e reeleição de Lula, ajudando na mobilização necessária para que sejam atendidas pelo governo.

Só a luta de massa é capaz de obter medidas positivas como o envio pelo governo dos projetos de ratificação das Convenções 151 e 158 ao congresso nacional (devemos ficar vigilantes para que elas sejam efetivamente ratificadas e traduzidas em lei), e garantir o exercício do direito de greve através da auto-regulamentação dos trabalhadores e seus sindicatos, bem como a partir da luta como fez os servidores federais que arrancou o respeito aos acordos firmados em 2007, depois que o governo os havia suspenso alegando a questão da recusa do Congresso à prorrogação da CPMF.

Que o encontro setorial nacional constituam um quadro de amplo e democrático debate que ajude a classe trabalhadora brasileira a avançar no caminho de sua emancipação de toda forma de opressão e exploração.

Julio Turra - Diretor Executivo da CUT Nacional

CARTA A FERNANDO PIMENTEL SOBRE ALIANÇAS

Belo Horizonte, 27 de março de 2008.

Exmo. Sr. Fernando Pimentel
Prefeito de Belo Horizonte

A conjuntura política de Belo Horizonte vem se tornando destaque nos debates sobre sucessão Municipal em Minas Gerais. Atentos aos movimentos desta conjuntura, militantes de diversos segmentos dos movimentos social e sindical, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais torna público suas preocupações e alerta as comunidades de Belo Horizonte acerca das discussões e acordos políticos visando às eleições 2008 e 2010, bem como suas conseqüências para nossa cidade.

No momento em que os tucanos reafirmam suas propostas neoliberais, combatendo todos os avanços do governo Lula, essa proposta de aliança confunde os debates políticos dos projetos que temos para a sociedade.

Os movimentos social e sindical pela sua capacidade de interagir diretamente com a população consegue repercutir as necessidades, reivindicações e pensamentos das bases sociais, sobretudo das classes mais carentes da população. Representar, mediar e implementar ações para garantir justiça social é missão dos militantes sociais.

Os avanços significativos acerca da participação da sociedade na decisão e administração dos recursos públicos em Belo Horizonte nos últimos 15 anos são fruto de discussões, negociações e vivências que os militantes sociais mediam desde a eleição de Patrus e Cêlio de Castro. A participação popular, o controle social que iniciou em 1993 foi conquista do movimento social com a ajuda da sensibilidade partidária, não foi uma concessão ou dependeu de boa vontade pessoal deste ou daquele prefeito.

Aliás, governar com participação da sociedade não é projeto que se encomenda ou copia deste ou daquele governante. Esta capacidade se adquiri através da experiência de vida, que apenas os movimentos social e sindical são capazes de possibilitar.

Neste momento em que a imprensa considera como certo, apóia e divulga o acordo político entre o Governador Aécio Neves e o Prefeito Fernando Pimentel, e percebendo o risco de perder os avanços no controle social no nosso município, chamamos atenção da sociedade e das comunidades pobres da nossa cidade para o acordo em que esta sendo encaminhado pelo Prefeito e governador visando às eleições de 2008 e 2010.

É salutar a convivência administrativa do prefeito e do governador. No entanto o acordo em que ambos vem costurando não garante a continuidade do modelo de gestão que os movimentos sociais e as comunidades de Belo Horizonte ajudaram a implementar ao longo dos últimos 15 anos.

A Praça 7 de Setembro, tem sido palco de constantes manifestações de professores, policiais civis, profissionais da saúde e de outros segmentos contra a política do Governador do Estado e de seus Secretários é deste lugar e espaço que fazemos este alerta a sociedade de Belo Horizonte, já a imprensa não deixa espaço para este contraditório e deixa margem para a constatação de consenso e concordância com tal acordo.

Chamamos também a atenção dos militantes do Partido dos Trabalhadores que também tem contribuição importante na gestão da PBH desde 1993, para no âmbito do partido não deixar que objetivos pessoais e de mandatos sobrepe os conteúdos programáticos e compromissos históricos deste partido com os trabalhadores e comunidades carentes da nossa cidade. A história do Partido dos Trabalhadores contradiz a estratégia eleitoral que se esconde atrás do acordo Pimentel / Aécio. Será um absurdo os militantes do Partido dos Trabalhadores abrir mão da gestão participativa e popular para sustentar projetos pessoais visando o Governo do Estado e Presidência da República em 2010.

A população de Belo Horizonte que nos últimos 15 anos defendeu o método participativo da atual gestão municipal derrotando candidatos identificados com os métodos de governo aplicado no âmbito do estado e denunciados pelos movimentos sindical e social, certamente reprovará e entenderá o manifesto que os militantes sociais aqui realiza.

ASSINAM OS MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAL E SINDICAL:

CUT MINAS GERAIS, SECRETARIA SINDICAL PT/MG, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM, SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BH E REGIÃO, FEDERAÇÃO DOS METALÚRGICOS DA CUT, FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE MINAS GERAIS – FETAM/MG-CUT, URBANITÁRIOS (SINDIELETRÔ/MG, SINDAGUA/MG), VIGILANTES DE MINAS GERAIS, TRABALHADORES EM ENTIDADES SINDICAIS, FRENTE NACIONAL DE ONG'S PELA REFORMA POLÍTICA, MOVIMENTO LUTA PELA MORADIA, INSTITUTO MINEIRO DE MORADIA, MILITANTES DE COMBATE AO RACISMO.

RESOLUÇÃO DO ENCONTRO SETORIAL SINDICAL NACIONAL SOBRE ALIANÇA EM BELO HORIZONTE.

Os Sindicalistas PeTistas de diversos estados, reunidos no Encontro Sindical Nacional nos dias 16 e 17 de maio de 2008, manifestam-se contrários a aliança com Partidos que não estejam envolvidos no nosso projeto político (PSDB e DEM), e são solidários aos sindicalistas mineiros que se manifestaram contra a Coligação em Belo Horizonte.